

Brasileiros não trocam florestas por produção agropecuária, diz Datafolha

Desmatamento zero e chega de anistias: esta parece ser a opinião dominante na opinião pública brasileira de acordo com a recente pesquisa abrangendo todo o território nacional, com amostra de 2.055 entrevistas e margem de erro inferior a 2%, realizada pelo Datafolha ao longo do mês de abril, por solicitação da entidade Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

Os destaques da pesquisa apontam para o fato que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária, e ainda pretendem punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo. Além disso, a grande maioria deseja que os custos gerados pelos danos ambientais no campo sejam cobrados de quem desmatou, mesmo que isso resulte em aumento de custo dos alimentos.

Outras pesquisas realizadas no passado solicitavam uma opinião sobre florestas e desmatamento desvinculada de qualquer relação custo-benefício. As opiniões, portanto, tendiam a refletir uma visão contrária ao desmatamento, em sua maioria, porém sem considerar, por um lado, aquilo que o desmatamento pode oferecer como benefício (maior produção agrícola e pecuária e menores preços para produtos de alimentação) e, por outro, os custos sociais relacionados com perda de serviços de interesse difuso.

Desta vez a pesquisa focou o desmatamento de maneira qualificada e no contexto econômico do país, embora mantendo opções simplificadas que permitam a compreensão das perguntas para o conjunto da população (apenas não foi contemplada na pesquisa a classe E, que representa meros 3% do total populacional). Referida abordagem qualificada foi mantida tanto nas perguntas de cunho geral quanto naquelas relacionadas com aspectos como a reparação dos custos, a regulação e a intenção de voto a partir do comportamento dos políticos sobre o tema.

Na pergunta sobre a postura geral que o país como um todo deveria adotar em relação ao desmatamento, a grande maioria (94%) escolhe a opção de “parar o desmatamento, para evitar os custos de desastres ambientais como mudanças climáticas, desmoronamentos, alagamentos, etc.”, versus meros 3% que escolhem a opção de “permitir mais desmatamento, para produzir mais produtos agrícolas”. Outros 2% escolhem um conjunto de outras visões. Parece, portanto, que na opinião do brasileiro aquela de parar o desmatamento se tornou uma prioridade de consenso nacional, que não encontra restrições em relação à eventual possibilidade de aumentar a produção no campo. Isso é reforçado pelo fato que - em todas as classificações de escolaridade, idade, renda e classificação econômica - a opção da maioria nunca desce abaixo dos 89%, a porcentagem mínima e registrada no público acima dos 50 anos, ou dos 90%, aquela da classe D. Em determinados segmentos, como aquele da população das classes A/B abaixo de 50 anos, esta posição atinge os 98%. Também é interessante observar como não haja praticamente variação regional nesta visão, pois a diferença máxima entre diferentes regiões é de 2%, ou seja dentro da margem de erro. Portanto todas as regiões do país estão tecnicamente empatadas neste quesito.

A posição sobre os interesses gerais do país se traduz também em posição semelhante na pergunta a respeito da legislação do código florestal. Aqui 91% dos brasileiros querem “leis mais rigorosas, para dificultar o desmatamento”, 5% consideram que as leis podem ser “deixadas da forma em que estão” e 4% desejam leis “menos rigorosas, para facilitar o desmatamento e anistiar os produtores que estão na ilegalidade”. Parece que nem o eventual apelo social da regularização alterou o quadro, pois mesmo na classe D e no segmento de baixa escolaridade esta opção ganha apenas 2 pontos, atingindo 6%, o que a deixa tecnicamente alinhada com a média nacional. Já a posição de deixar as leis como estão tem um modesto aumento no segmento acima dos 50 anos, com 7%.

Quando a pergunta foca a responsabilidade pelo desmatamento, o quadro se torna mais complexo e diverso. Mesmo assim, há uma maioria nítida (60%) que atribui o fenômeno a “falta de controle por parte das instituições de governo, que não aplicam a lei”. Prevalece portanto uma percepção de falta de presença do estado e fiscalização, assumindo implicitamente que o desmatamento seja principalmente ilegal. Outro grupo, que atinge os 12%, atribui a situação à permissividade das atuais leis. Segue um grupo de três opções tecnicamente empatadas, e compondo um conjunto que corresponde a exatamente um quarto do universo pesquisado, e que atribui a principal responsabilidade a fatores de mercado: consumidor que escolhe apenas o mais barato (9%), bancos que incentivam as atividades desmatadoras (8%) e redes de varejo que não se interessam pela origem dos produtos que comercializam (8%). Outras opções variadas atingem, no conjunto, 1%. Deve se notar, numa pergunta que apresenta certa complexidade, o baixo número de entrevistados que não opinou por “não saber” (1%). Neste caso, também, as diferenças regionais e sociais são modestas, merecendo apenas registro que a responsabilidade das redes de varejo é mais percebida pelos entrevistados de escolaridade superior (10%) e aquela do consumidor pouco consciente é mais percebida entre aquele de baixa escolaridade (13%).

Um elemento novo e surpreendente da pesquisa é a correlação quase integral entre a opinião sobre desmatamento e a intenção de refletir esta questão no voto, em ocasião das próximas eleições. Candidatos que se caracterizassem por “dificultar o desmatamento” teriam preferência de 93% dos entrevistados, que são todos eleitores por terem pelo menos 18 anos. Já políticos que tenham se destacado por buscar “anistiar o desmatamento anterior” teriam apoio de 3% dos eleitores e aqueles responsáveis por ter “permitido mais desmatamento” ganhariam a confiança de meros 2%, a mesma porcentagem daqueles que afirma não ter opinião a respeito. Também neste caso há um modesto aumento do apoio a candidatos que tenham trabalhado para anistiar ou permitir mais desmatamento no âmbito da classe D, atingindo um total de 10% nas duas opções.

Finalmente, é o caso de analisar com atenção a pergunta que traz o elemento que mais pesa no bolso do consumidor, ou seja a questão do preço dos alimentos e do álcool combustível. Trata-se da pergunta sobre quem deveria assumir os custos associados à recuperação dos passivos ambientais no campo, definidos para melhor compreensão dos entrevistados como “irregularidade ambiental”. Surpreendentes 85% afirmam que tais custos devem ser “cobrados dos infratores, mesmo que isso possa gerar aumentos nos preços dos produtos agrícolas”. Já 11% optam pela opção de anistia, “mesmo que os custos tenham de ser bancados com dinheiro do contribuinte”. Em suma, na hora em que se passa de uma avaliação geral do interesse público ou da intenção de voto para uma consideração que atinge diretamente o bolso do entrevistado, apenas 5-6% migram para uma posição menos rigorosa contra o desmatamento. Este é também o único caso em que a tesoura entre diferentes classes e níveis de escolaridade ou renda se abre mais que em todas as outras perguntas: enquanto as classes A/B temem menos os efeitos dos preços e mantêm 89% de rigor contra os desmatadores, a classe D atinge 75% neste quesito. Mais uma vez, sem diferenças regionais além da margem de erro.

A Visão da População Brasileira sobre Desmatamento, Código Florestal e Intenção de Voto

Pesquisa de Opinião

São Paulo, Abril 2009

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

 **Amigos da Terra**
AMAZÔNIA BRASILEIRA

1. METODOLOGIA

Universo

- População brasileira com 18 anos ou mais, possuidora de telefone fixo.

Abrangência

- Brasil

Data do campo

- 2 a 14 de abril de 2009

Estratificação e Sorteio dos Municípios

- foram utilizados dados do Consolidado Datafolha 2008;
- dados do IBGE, estimativa populacional 2008;
- nos cruzamentos, foi utilizado o critério de classificação econômica 2008.

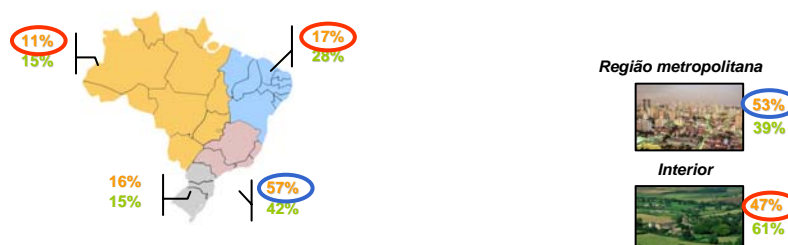
Técnica

- Pesquisa quantitativa, com abordagem telefônica, mediante aplicação de questionário estruturado com cerca de 14 minutos de duração.

Amostra e margem de erro

Foram realizadas 2.055 entrevistas finais, representativas da população brasileira com 18 anos ou mais, com telefone fixo no domicílio, distribuídos da seguinte forma:

População brasileira com 18 anos ou mais, possuidora telefone fixo no domicílio
População brasileira com 18 anos ou mais



A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

2. PERFIL DA AMOSTRA

Perfil Demográfico

Maioria

possui entre 18 e 29 anos (33%)

possui escolaridade média (41%)

Há equilíbrio na distribuição por sexo:

feminino (52%) e masculino (48%).

média: 40 anos

superior:

Perfil Econômico

Maior parcela

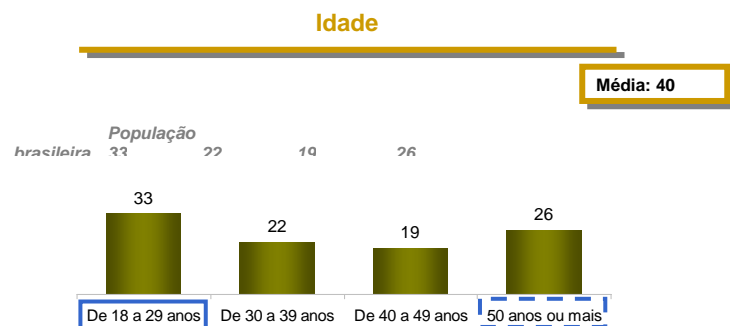
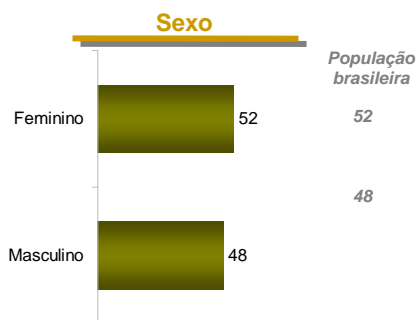
pertence à classe C (43%)

classe A/B: 45%, contra 25% na população brasileira

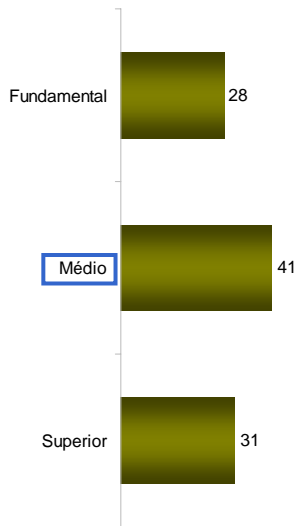
faz parte da população economicamente ativa (68%)

renda familiar até 5 S.M (60%).

assalariado registrado: 26%

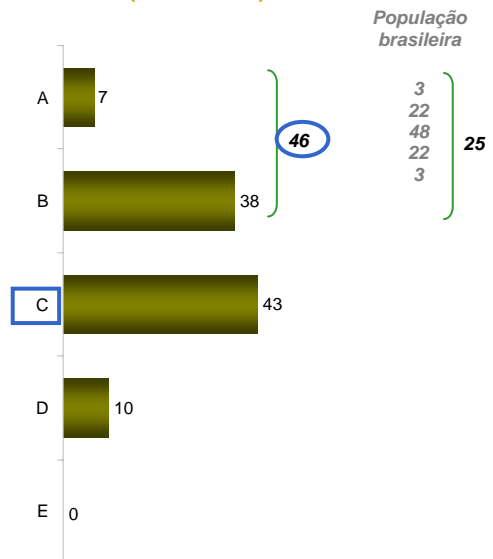


Escolaridade

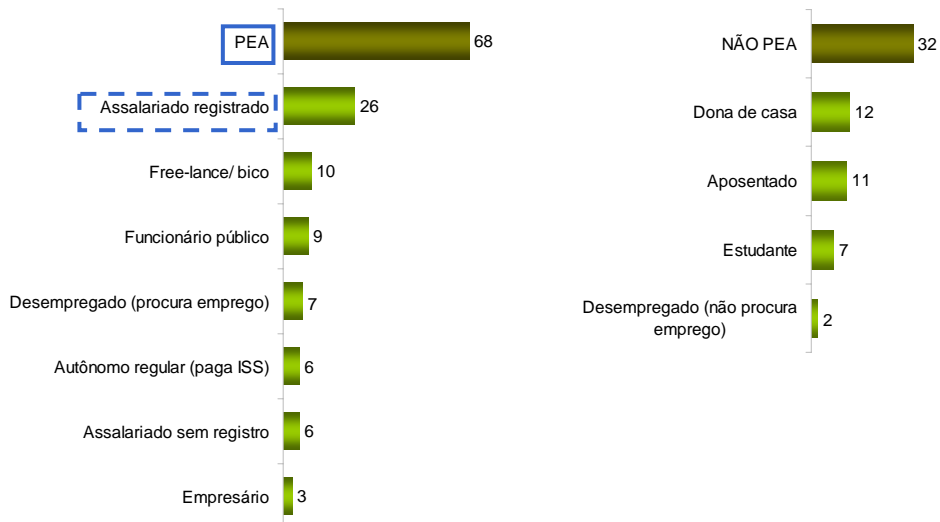


Classificação Econômica

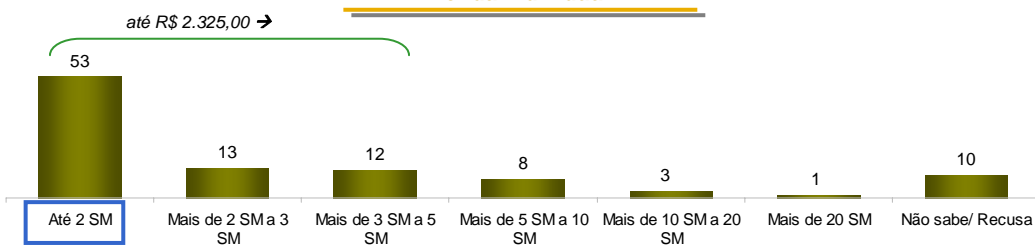
(Critério Brasil)



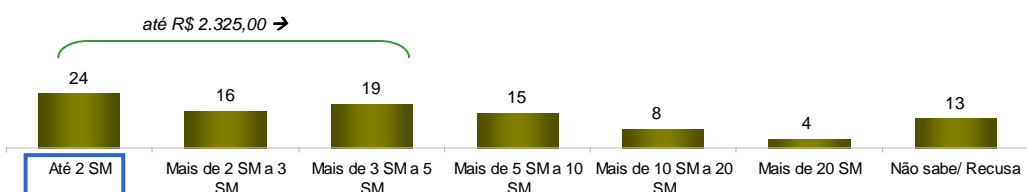
Ocupação principal



Renda individual

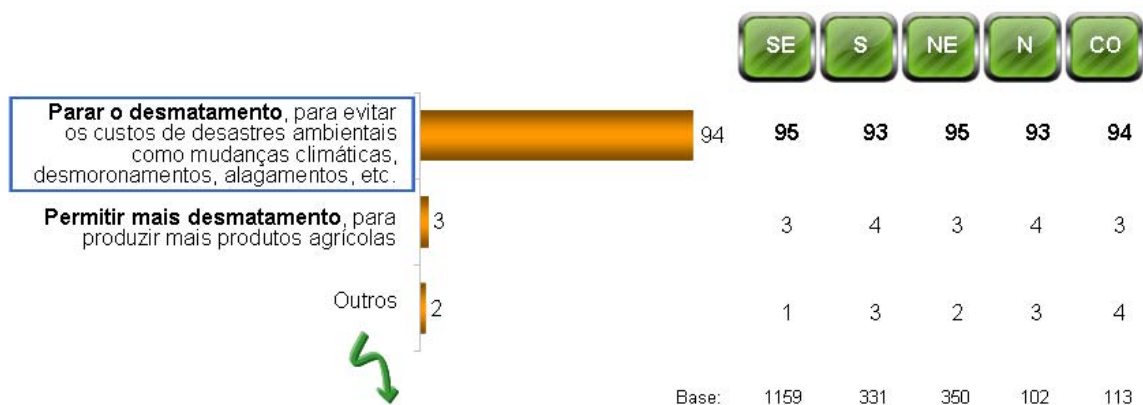


Renda familiar



3. RESULTADOS

3.1 É MAIS INTERESSANTE PARA O PAÍS...



Alguns textuais...

- "Permitir mais desmatamento, com reforestamento"
- "Desmatamento com responsabilidade, consciência, sabendo respeitar a natureza"
- "Permitir, mas desde que seja controlado e fiscalizado as áreas que vão ser desmatada"
- "Desmatar algumas áreas do centro oeste, e com o dinheiro preservar a Floresta Amazônica"
- "Fazer um mapeamento florestal para saber onde explorar (plantar) e de quanto pode se retirar da mata"

	Total	Sexo		Idade			Escolaridade			Classificação econômica			Ocupação		Renda Familiar		
		Masculino	Feminino	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos ou mais	Funda mental	Médio	Superior	A/B	C	D/E	PEA	NÃO PEA	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Parar o desmatamento , para evitar os custos de desastres ambientais como mudanças climáticas, desmoronamentos, alagamentos	94	94	95	96	96	89	91	95	96	95	94	90	95	92	94	96	93
Permitir mais desmatamento , para produzir mais produtos agrícolas	3	3	4	2	2	7	7	3	2	2	4	8	2	6	4	2	3
Outras	2	3	1	2	1	3	1	2	2	2	1	1	2	2	1	2	4
Base:	2055	984	1071	680	827	548	572	847	636	941	891	214	1399	656	1233	316	231

3.2 AS LEIS QUE PROTEGEM A FLORESTA DEVERIAM SER...

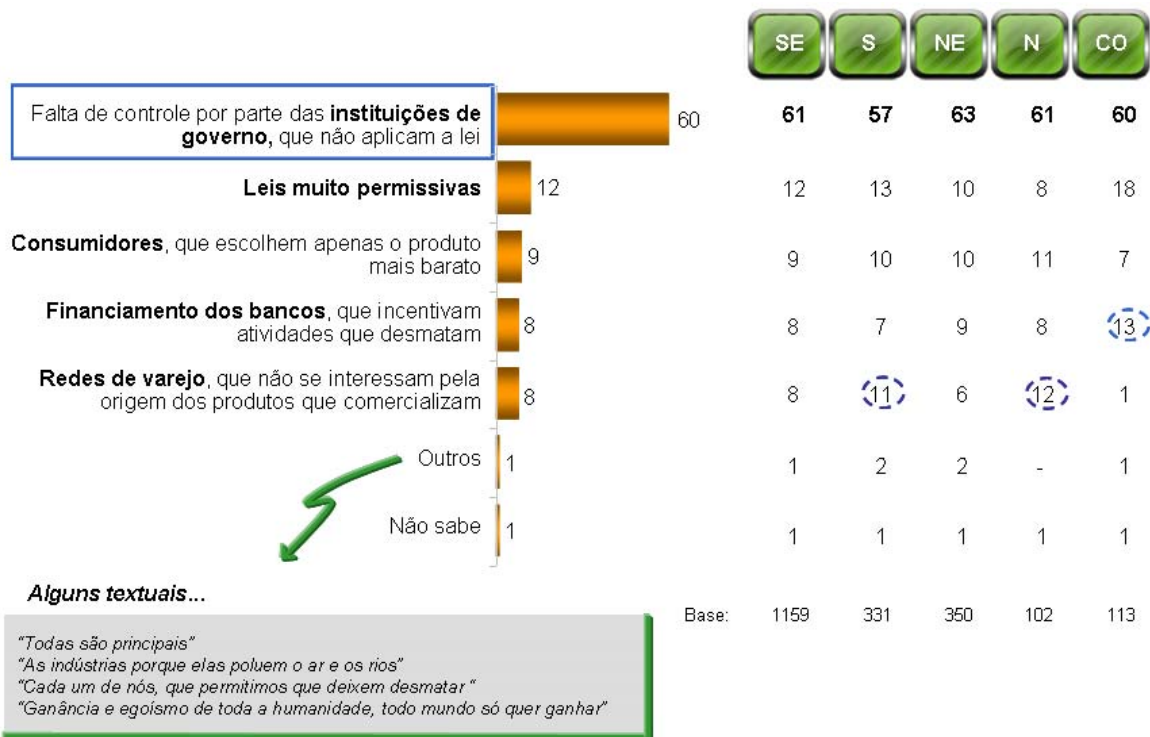


Alguns textuais...

"Tem que ser mais rigorosa só na região amazônica"
"Fazer valer as leis que já existem, porque elas não são cumpridas, que elas sejam cumpridas"
"Mais rigorosos com os grandes fazendeiros, não com os pequenos produtores"
"Falta fiscalizar, o governo não quer investir em fiscalização, na aplicação das leis"

	Total	Sexo		Idade			Escolaridade			Classificação econômica			Ocupação		Renda Familiar		
		Masculino	Feminino	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos ou mais	Funda mental	Médio	Superior	A/B	C	D/E	PEA	NÃO PEA	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Mais rigorosas , para dificultar o desmatamento	91	91	91	92	93	86	87	94	91	92	91	86	92	89	91	92	90
Deixadas da forma que estão	5	5	4	5	3	7	6	3	5	4	4	6	4	6	4	5	5
Menos rigorosas , para facilitar o desmatamento e anistiar os produtores que estão na ilegalidade	4	4	4	3	3	5	6	3	2	3	4	6	3	5	4	1	2
Outros	1	1	1	0	1	2	0	1	1	1	0	-	1	1	0	1	3
Base:	2055	984	1071	680	827	548	572	847	636	941	891	214	1399	656	1233	316	231

3.3 PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO DESMATAMENTO



	Total	Sexo		Idade			Escolaridade			Classificação econômica			Ocupação		Renda Familiar		
		Masculino	Feminino	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos ou mais	Funda mental	Médio	Superior	A/B	C	D/E	PEA	NÃO PEA	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Falta de controle por parte das instituições de governo , que não aplicam a lei	60	61	59	60	62	59	57	61	63	63	59	57	61	59	61	61	60
Leis muito permissivas	12	12	12	11	14	10	10	11	14	13	11	10	13	10	10	13	17
Consumidores , que escolhem apenas o produto mais barato	9	8	10	9	8	11	13	9	6	7	11	14	8	12	11	8	5
Financiamento dos bancos , que incentivam atividades que desmatam	8	9	8	8	8	10	10	9	6	7	9	9	9	8	8	9	9
Redes de varejo , que não se interessam pela origem dos produtos que comercializam	8	7	9	11	7	5	5	9	10	8	8	4	8	7	8	8	6
Outros	1	2	1	1	1	3	2	1	1	2	1	2	2	1	1	0	3
Não sabe	1	1	1	0	1	2	3	1	0	1	1	4	1	2	1	0	1
Base:	2055	984	1071	680	827	548	572	847	636	941	891	214	1399	656	1233	316	231

3.4 INTENÇÃO DE VOTO NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES



	Total	Sexo		Idade			Escolaridade			Classificação econômica			Ocupação		Renda Familiar		
		Masculino	Feminino	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos ou mais	Funda mental	Médio	Superior	A/B	C	D/E	PEA	NÃO PEA	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Que dificultassem o desmatamento	93	93	94	94	95	90	89	94	96	96	93	85	93	93	93	96	94
Que anistassem o desmatamento anterior	3	4	3	5	2	3	4	4	2	2	4	4	4	2	4	4	2
Que permitissem mais desmatamento	2	2	2	1	2	3	5	1	1	1	2	6	1	3	2	1	1
Não sabe	2	2	2	1	1	4	3	1	2	2	1	5	2	2	2	0	3
Base:	2055	984	1071	680	827	548	572	847	636	941	891	214	1399	656	1233	316	231

3.5 OPINIÃO SOBRE IRREGULARIDADE NO CAMPO



	Total	Sexo		Idade			Escolaridade			Classificação econômica			Ocupação		Renda Familiar		
		Masculino	Feminino	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos ou mais	Funda mental	Médio	Superior	A/B	C	D/E	PEA	NÃO PEA	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Cobrada dos infratores , mesmo que isso possa gerar aumentos no preço dos produtos agrícolas	85	87	83	85	87	81	75	87	90	89	83	74	85	83	83	89	92
Anistiada , mesmo que os custos disso tenham de ser bancados com o dinheiro do contribuinte	11	10	12	13	9	12	16	11	7	8	13	17	11	11	12	9	6
Outros	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	--	1	1	1	1	2
Não sabe	4	2	5	2	3	6	9	2	1	1	4	9	3	6	5	2	0
Base:	2055	984	1071	680	827	548	572	847	636	941	891	214	1399	656	1233	316	231